

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

“DE OLHO” NOS SUJEITOS-TRABALHADORES E SUAS EXPERIÊNCIAS DE CLASSE: CONTRIBUIÇÕES AO CAMPO TRABALHO E EDUCAÇÃO

Lia Tiriba¹

Resumo

O objetivo é problematizar a análise das relações entre estrutura e sujeito, indicando a importância de apreender as mediações de primeira ordem, atravessadas por mediações de segunda ordem do capital, que constituem a forma de ser da classe trabalhadora, hoje. Partindo-se da premissa marxiana do concreto como unidade do diverso, identifica-se a importância de eleger – como sujeito e objeto de pesquisa –, os sujeitos-trabalhadores, sua cultura, seu trabalho e suas experiências de classe. Na perspectiva de um conceito ampliado de classe, sugere-se a incorporação das categorias experiência e cultura popular em E. P. Thompson, bem como a apreensão da simultaneidade das contraditórias racionalidades econômicas que conformam os processos de produção social da existência humana, tanto no horizonte da reprodução ampliada do capital como da reprodução ampliada da vida.

Palavras-chave: Classe trabalhadora, Experiência de classe, Campo de Pesquisa em Trabalho e Educação.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Neddate – Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação. <http://www.neddate.uff.br/>. E-mail: liatiriba@gmail.com.

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

Abstract

The objective is to problematize the analysis of the relations between structure and subject, pointing out to the importance of apprehending the first-order mediations, crossed by second-order mediations of the capital, which constitute the way of being of the working class today. Having the Marxian premise of the concrete with unity of the diverse as a starting point, the importance of electing – as research subject and object –, the worker-subjects, their culture, their work and their class experiences is identified. In the perspective of a broadened concept of class, the incorporation of the categories experience and popular culture in E. P. Thompson is suggested, as well as the apprehension of contradictory and simultaneous economic rationalities which form the social production processes of human existence, in both the perspective of broadened reproduction of capital and broadened reproduction of life.

Key words: Working class, Class experience, Teseach Field in Work and Education

Apresentação

“Corremos o risco de esquecer que o sujeito e o objeto de nossas pesquisas são seres humanos? Não deveríamos correr esse risco, pois são pessoas – não o ‘trabalho’, mas homens e mulheres trabalhadores reais, mesmo que frequentemente ignorantes míopes e preconceituosos que o nosso estudo focaliza.”

(Eric Hobsbawn)

O propósito deste texto é provocar o diálogo entre os pesquisadores/as do campo Trabalho e Educação sobre o desafio de apreender a multiplicidade de

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

atividades dos sujeitos-trabalhadores, sua cultura e suas experiências de classe. Inspirados nas palavras de Eric Hobsbawn, reivindicamos não apenas o ‘trabalho’, mas os sujeitos individuais e coletivos como objeto de nossas pesquisas, levando em conta as *diversas circunstâncias* em que se apresentam e se situam no diversificado e contraditório mundo do trabalho, ou melhor, *Mundos do Trabalho* (HOBSBAWN, 1987).

A reflexão tem como referência a mesa *Culturas do trabalho, movimentos sociais e produção de saberes*, realizada no II Intercrítica – Intercâmbio Nacional dos Grupos de Pesquisa em Trabalho e Educação², a qual teve como objetivo tecer considerações, ainda que provisórias, sobre porque, como e com que intensidade os temas “cultura do trabalho, movimentos sociais e produção de saberes”, aqui entendidos como unidade dialética, aparecem no campo Trabalho e Educação.

Se “o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como o produto do processo histórico”, deveríamos, inicialmente, proceder a um inventário (GRAMSCI, 1978, p.12), no entanto, ao invés de um “estado da arte” da produção científica sobre essas temáticas, nossas reflexões se circunscrevem em um estudo de caráter exploratório. Assim, antes de tudo, devemos reconhecer que, além de pesquisadores/as consagrados, como Célia Regina Vendramini (2000), Naira Franzoi (2009), Heloísa Helena Santos (2003), Dayse Cunha (2007), Conceição Paludo (2010), Edson Caetano (2013), Doriedson Rodrigues (2012), Maria Clara Bueno Fischer (2010) e Roseli Caldart (2013), diversos outros autores deveriam, aqui, ser elencados – o que requereria de nós um estudo aprofundado do conjunto de pesquisas que se situam nesse campo teórico. Portanto, é preciso destacar que não se trata de criar “uma (nova?) pauta para a pesquisa em Trabalho e Educação no Brasil” – questão esta provocada pelos coordenadores

² O II Intercrítica ocorreu em Belém, de 26 e 28 de agosto de 2014, na Universidade Federal do Pará. A mesa *Culturas do trabalho, movimentos sociais e produção de saberes* foi composta pelas Profas. Dras. Maria Clara Bueno Fischer (UFRGS), Naira Lisboa Franzoi (UFRGS) e Lia Tiriba (UFF).

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

do II Intercrítica –, mas de dar maior visibilidade e organicidade ao que pode estar disperso no interior do campo, mas também em outros GTs.

Para instigar o debate, algumas perguntas se fazem necessárias. São questões não apenas para o GT, mas para nós e para o conjunto dos pesquisadores/as do campo Trabalho e Educação, entendido como um espaço mais amplo de produção de conhecimento (como ressaltou Maria Clara Fischer em sua fala, no II Intercrítica). As perguntas/questões são as seguintes:

Ao analisar, teórica e empiricamente, a totalidade social onde se plasmam os processos de educação da classe trabalhadora, em que medida buscamos apreender as particularidades e singularidades do trabalho como atividade humana? Temos privilegiado o trabalho abstrato e o trabalho prescrito em detrimento do trabalho vivo e do trabalho real? Em que medida a experiência humana se constitui como objeto de investigação? Como percebemos a relação entre estrutura e sujeito? Na análise dos processos de produção da existência humana, privilegiamos as mediações de segunda ordem do capital, em detrimento das mediações de primeira ordem? Onde se encontram os quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, povos da floresta, trabalhadores e trabalhadoras que resistem à exploração capitalista e insistem em preservar seu modo de vida? Quando tomamos como objeto a cultura do trabalho das comunidades tradicionais que persistem no atual contexto do capitalismo, é possível perceber mediações de primeira ordem, atravessadas por mediações de segunda ordem? É possível afirmar que ali se encontram elementos de produção associada, ainda que contraditórios? Ou, por se tornar hegemônico, o modo de produção capitalista foi capaz de alterar todas as formas primárias de reprodução da vida social, submetendo tudo e todos ao controle do sistema sociometabólico do capital?

Relacionadas às perguntas acima, uma segunda ordem de questões diz respeito à composição da classe trabalhadora e suas formas de organização. Consideramos as diversas manifestações das contradições entre capital e trabalho? Tomamos as “pequenas lutas” como objeto de investigação ou circunscrevemos a análise da luta de classes aos espaços/tempo dos “grandes”

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

movimentos sociais? O que aprendemos com as Jornadas de Junho de 2013 e com outras formas de ação e organização coletiva de homens e mulheres trabalhadoras? E sobre a luta dos trabalhadores latino-americanos que, a partir do final dos anos 1980, como estratégia para garantir seus postos de trabalho, enfrentaram o processo de desindustrialização, ocupando e recuperando fábricas abandonadas pelos patrões? Podemos dizer que estas experiências se constituem como experiências de classe? Na luta contra o capital, são menores as lutas dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas?

Outras perguntas podem e devem ser feitas para que possamos captar as mediações históricas que tecem os fios invisíveis da produção capitalista e dos processos mais amplos de formação humana que constituem a forma de ser da classe trabalhadora, hoje. Afinal, se “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1978, p.116), quanto maior o número de campos do real que a ciência descrever, maior será a possibilidade de se aproximar da unidade do diverso (KOSIK, 1996), o que incide na compreensão das relações entre trabalho e educação.

Além dessa *Apresentação*, onde diversas perguntas/questões foram formuladas, a título de provocar o debate, o texto que se segue está organizado em quatro partes. Na primeira, identificamos que, ao privilegiar sobremaneira as mediações de segunda ordem do capital, as pesquisas do campo Trabalho e Educação podem estar ocultando as determinações da agência humana. Sinalizamos que a categoria experiência, em E. P. Thompson, é fundamental para o entendimento das relações entre estrutura e sujeito, ser social e consciência. Na segunda parte, recorrendo a Eric Hobsbawn e, mais uma vez, a Thompson, trazemos para o debate a possibilidade de incorporar a categoria cultura popular, entendida como expressão da luta de classes e, ao mesmo tempo, afirmação de um modo de vida. No terceiro momento, tendo em conta a reestruturação produtiva do capital, indicamos a necessidade de um conceito ampliado de classe trabalhadora que considere não apenas a diversidade de atividades de trabalho, mas também a simultaneidade das contraditórias racionalidades econômicas que

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

conformam os processos de produção social da existência humana. Na quarta e última parte, sinalizamos que os sujeitos que compõem a classe trabalhadora podem se encontrados nos espaços mais amplos de sociabilidade e de reprodução geral do capital. Nessa trilha, ressaltamos que na luta contra o capital também estão fortemente presentes os povos originários e outros trabalhadores do campo, cujas culturas do trabalho, ainda que atravessadas por mediações de segunda ordem do capital, perduram em diversos espaços/tempos históricos. A título de conclusão, sugerimos como campo de pesquisa quatro espaços/tempos do trabalho nos quais homens e mulheres, por questões de ordem econômica e cultural, movem-se entre a reprodução ampliada do capital e a reprodução ampliada da vida.

Estrutura, sujeito e experiência: “termo ausente”?

Em 1997, na 20ª Reunião Anual da ANPEd, em Caxambu, Gaudêncio Frigotto fez um balanço crítico do campo teórico do GT Trabalho e Educação³, sinalizando a necessidade de avançar teoricamente no sentido de desvendar as mediações que constituem o tecido histórico no qual nos movemos, considerando o plano das relações materiais, culturais e, portanto, simbólicas e subjetivas da produção social da existência.

As pesquisas sobre trabalho-educação podem encontrar um terreno fértil ao buscar desvendar, ao mesmo tempo, as mediações de segunda ordem, ordenadas pelo capital, cujo horizonte teórico é de natureza estrutural-funcional, e os elementos e indícios de novas relações sociais e formativas, cujo fundamento são as mediações de primeira ordem que vinculam trabalho e educação, cultura e tecnologia, como expressões de “um novo industrialismo” e de melhoria da qualidade de vida e busca de dilatação de tempo de liberdade – de fruição, de gozo e de realização humana (FRIGOTTO, 1998, p.47).

³ Outros balanços do GT Trabalho e Educação foram feitos por Kuenzer (1991); Trein (1996), Trein e Ciavatta (2003); Bomfim (2008) e Klein Ligia (2012).

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

Frigotto refere-se não às mediações de segunda ordem do capital, mas sim às relações sociais de produção da existência humana em que o trabalho, como mediação dos seres humanos com a natureza, não tem como fundamento a apropriação individual dos meios de produção e, tampouco, a exploração dos seres humanos pelos seres humanos⁴.

Em sua fala no II Intercrítica, Maria Clara Bueno Fischer enfatizou que as reflexões teórico-metodológicas de Gaudêncio oferecem uma chave de leitura importante para análise das pesquisas do Campo Trabalho e Educação. Em que medida, “estaríamos priorizando desvendar as mediações de segunda ordem, em detrimento dos elementos e indícios de novas relações sociais e formativas, cujo fundamento são as mediações de primeira ordem que vinculam trabalho e educação, cultura e tecnologia”? (FISCHER, 28/08/2014).

Não é de se estranhar o fato de que, em sua imensa maioria, as pesquisas do Campo Trabalho e Educação privilegiem o estudo meticuloso das mediações de segunda ordem, estruturadas em hierarquias de dominação, opressão e subordinação, indispensáveis à reprodução sociometabólica do capital. Sob a égide do capital, as mudanças no mundo do trabalho, em especial a crise do regime fordista de acumulação e regulação das relações de trabalho e da vida social não deixaram tréguas aos pesquisadores, exigindo-nos a análise dos processos educativos e de outros processos de sociabilidade da classe trabalhadora aos imperativos do capital. No cenário da integração subalterna ao

⁴Na perspectiva de István Mészáros, Frigotto compreende mediações de primeira ordem como “as formas essenciais de mediação primária que abrangem as relações em cujo quadro tanto os indivíduos da espécie humana como as entrelaçadas condições culturais/intelectuais/morais/materiais cada vez mais complexas de sua vida são reproduzidos segundo a margem de ação sócio-histórica disponível e cumulativamente ampliada. Entre essas condições estão: a regulação da atividade reprodutora biológica, mais ou menos espontânea e imprescindível, e o tamanho da população sustentável, em conjunto com os recursos disponíveis; a regulação do processo de trabalho, pelo qual o indispensável intercâmbio da comunidade com a natureza produz os bens necessários para gratificação do ser humano, além dos instrumentos de trabalho, empresas produtoras e conhecimentos pelos quais se pode manter e aperfeiçoar esse processo de reprodução; o estabelecimento de relações adequadas de troca, sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser associadas para otimizar os recursos naturais e produtivos (inclusive os culturalmente produtivos). (Mészáros, 2002, p.213).

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

capital-imperialismo (FONTES, 2010), em que é assegurada a convergência das demandas do capital e das ofertas formativas promovidas pelo Estado à classe trabalhadora, configura-se uma nova dualidade educacional estrutural no Brasil, fortemente marcada por um caráter seletivo e fragmentado e por “novas formas de destituição do direito de acesso universal às bases do conhecimento científico e tecnológico” (RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2013, p.54).

Em sua fala, na mesa *Culturas do trabalho, movimentos sociais e produção de saberes*, Naira Franzoi lembra que “se nos anos 1980 e início dos 1990 somos convocados pelos sindicatos, na metade dos anos 1990 somos provocados pelas políticas neoliberais a dar conta de uma nova categoria: competências”. Franzoi acrescenta que com o decreto 2208/97,

As competências têm lugar de destaque e com elas o saber dos trabalhadores vem na única fórmula através da qual o capital sabe se apropriar do trabalhador: aos pedaços. O saber do trabalhador vem então fragmentado em saber fazer, saber ser, saber... (FRANZOI, 28/08/2014)

De fato, a emergência de uma nova qualificação da força de trabalho, fundada no desenvolvimento de competências básicas para a empregabilidade e para o empreendedorismo tem requerido investigações de grande envergadura. No horizonte da superação das relações capitalistas de produção da existência humana, uma tarefa fundamental é descortinar as mediações pela quais o capital mobiliza a força de trabalho, no sentido de criar e recriar no corpo dos trabalhadores as faculdades físicas, mentais e emocionais necessárias à maior produtividade do capital. Outro desafio é apreender os movimentos pelos quais o trabalhador reage, resiste e recria a atividade do trabalho e as relações sociais onde ela se materializa. Para isto,

é preciso resgatar, em meio à ideia de “separação entre execução e concepção”, o “o homem, como apêndice da máquina”, um trabalhador que luta contra a sua objetivação, que, ao invés de um ser passivo diante da máquina que condensa um saber, outrora

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

seu, seja um ser ativo que constrói conhecimento, e a cada nova situação se lance novos desafios”. (FRANZOI, 2009, p.191)

Podemos inferir que, no contexto premido pelo tempo do capital (e não pelo tempo do trabalho necessário, do gozo e da fruição), a análise das questões estruturais do sistema capitalista pode não deixar tempo para o sujeito. Sem dúvida, o entendimento e a denúncia das formas de exploração do trabalho e expropriação do conhecimento são questões políticas fundamentais se, de fato, vislumbramos a transformação social. Mas, também são questões de ordem político-epistemológica o entendimento das determinações da “agência humana” (THOMPSON, 1981) nos movimentos do real, o que requer debruçar-se sobre a cultura e as experiências de classe dos sujeitos-trabalhadores, tanto coletivas como individuais.

Do nosso ponto de vista, tanto para o campo Trabalho e Educação como para outros campos do conhecimento, incorporar o sujeito-trabalhador significa, entre outras coisas, incorporar a categoria experiência,

(...) uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981, p.15).

Seguindo a tradição de crítica ativa do materialismo histórico (MATTOS, 2012) e a defesa da necessidade do diálogo entre ser social e consciência social, Thompson nos alerta quanto à “experiência” constituir-se como “termo ausente” no marxismo vulgar, que reduz os movimentos do real às determinações econômicas. Ao não ter em conta a experiência humana, o estruturalismo de Althusser torna-se um sistema fechado, pois não consegue distinguir “processo estruturado que, embora sujeito a determinadas pressões, continua aberto e só parcialmente determinado, e um todo estruturado, dentro do qual o processo está encerrado” (THOMPSON, 1981, p.112). Para ele, “se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência” (*Ibid.*, 1987, p.10). A

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

experiência “surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (*Ibid.*, 1981, p.16).

Seria a experiência um “termo ausente” (*idem*) ou pouco considerado no campo Trabalho e Educação? Certamente, esta pergunta não pode ser respondida apenas pelo número de citações que façamos deste ou daquele autor. Ainda que se constitua como ponto de partida para o entendimento das mediações entre estrutura e sujeito e, portanto, da realidade humano-social em que se constitui o sujeito-trabalhador, o grande desafio está em como promover o diálogo entre conceito e evidência. Em outras palavras, a questão é como apreender, não apenas teórica, mas empiricamente o fosso entre estrutura econômica e subjetividade humana.

Sem perder de vista a totalidade dos fenômenos sociais, convocar a singularidade de mulheres e homens, as particularidades do seu trabalho, de sua cultura e suas formas de conceber o mundo, pode nos ajudar a evidenciar que nos processos de produção social da existência humana,

ocorrem mudanças no ser social que dão origem á *experiência modificada*; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (*Ibidem*, p.16).

Não por acaso, fomos surpreendidos com manifestações de rua, protestos, levantes... Como creditar nas utopias, na ideologia e na luta de classes sem acreditar nas determinações da agência humana, na capacidade do sujeito-trabalhador, como sujeito coletivo, transformar a realidade?

Economia (moral), cultura popular e experiência de classe.

Para Hobsbawn, “os níveis de realidade ou de análise formam um todo: trabalhadores e movimentos, bases e líderes, os níveis socioeconômico, político, cultural, ideológico e ‘histórico’”. Assim, seria um equívoco “abstrair um ou mais níveis do demais (exceto com o propósito de conveniência temporária)” e, além disso, correr o risco de “praticar excessivo reducionismo econômico. O nível político de análise simplesmente não pode ser subordinado ao nível socioeconômico” (Hobsbawn, 1987, pp.29-30).

Talvez, nas pesquisas sobre Trabalho e Educação, a preponderância do nível econômico ou das mediações de segunda ordem do capital em detrimento de “elementos e indícios de novas relações sociais e formativas, cujo fundamento são as mediações de primeira ordem” (FRIGOTTO, 1998, p.47) possa estar relacionada à compreensão sobre a preponderância das determinações econômicas sobre a vida social. De quais maneiras interiorizamos a “metáfora do edifício” e as relações dialéticas entre infraestrutura e superestrutura? Seria a cultura um mero reflexo da economia? Mais uma vez recorrendo a Thompson,

É essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem “à reboque”, seguindo os fenômenos econômicos a distância: eles estão em seu surgimento, presos na mesma rede de relações” (THOMPSON, 2001, p. 208).

Para analisar as relações entre economia e cultura (e, entre estrutura e sujeito), é importante (re)conhecer que na Inglaterra do século XVIII os trabalhadores não foram vítimas passivas do cercamento dos campos ou da introdução da maquinaria. Por questões de ordem econômico-culturais (e, portanto, políticas) resistiram e reagiram intensamente à produção voltada para o mercado (e não para a subsistência), ao controle do tempo de trabalho, à dicotomia espaço de trabalho e espaço de vida e às demais mudanças ocorridas durante a Revolução Industrial, necessárias para assegurar a hegemonia do

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

capital sobre o trabalho. Como expressão da cultura popular da plebe, *A economia moral das multidões* (THOMPSON, 2001) evidencia que a noção de classes é inseparável da noção de luta de classes e que “toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse (...) toda luta de classes é ao mesmo tempo luta acerca de valores” (THOMPSON, 1981, pp.189-190).

A classe é uma relação social, historicamente construída entre grupos de homens e mulheres cujos valores e práticas de produção da vida social se contrapõem e/ou são antagônicos a outro grupo. Nesse sentido, a apreensão dos nexos entre trabalho e educação teria como pressuposto a identificação dos valores, costumes, tradições e as maneiras pelas quais, movidos por necessidades e expectativas objetivas/subjetivas, as pessoas se situam nas contradições entre capital e trabalho e na luta de classe.

Se, como Thompson (1987), concebemos que a classe é uma formação tanto econômica como cultural, poderiam estar em pauta no campo TE pesquisas empíricas que evidenciassem a materialidade dos nexos entre economia e cultura na tessitura das relações sociais. Também poderiam ganhar mais evidência os estudos sobre “cultura popular” como manifestação da luta de classes, como experiência de classe.

Na perspectiva de compreender as contradições entre capital e trabalho e as experiências de classe, teríamos que partir do pressuposto de que a “consciência costumeira” (THOMPSON, 2002), ou seja, a consciência de que é preciso conservar um determinado modo de vida, um modo de fazer, um modo de trabalhar e de pensar não é necessariamente sinônimo ou indício de atraso ou de alienação. Haveríamos de investigar se, além de forma de resistência, pode representar uma forma de afirmação de um modo de vida. Sabemos que não existe apenas um modo de produção da existência humana, mas modos de produção, no plural – o que requer, na atualidade histórica, evidências empíricas. Como lembra Maria Ciavatta, a análise de ações históricas entre trabalho e educação requer

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

O processo complexo de ir das determinações mais gerais do trabalho e da educação à singularidade dos fatos empíricos e, destes, voltar ao geral, apreendendo-os nas suas mediações específicas, na sua particularidade histórica: duração, espaço e movimento da realidade sob a ação cotidiana dos homens (CIAVATTA, 2001, p.121)

Nesse processo, vale não esquecer que “um exame materialista dos valores deve situar-se não segundo proposições idealistas, mas face à permanência material da cultura” (THOMPSON, 1981, p.195). Evidentemente, ao eleger a cultura e, em particular, a cultura popular como objeto de investigação, teremos que superar uma “perspectiva ultraconsensual de cultura”, descrita por Peter Burke como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos)” (BURKE, 2000 *apud* THOMPSON, 2002, p.17). Isso porque a ideia de sistema (mesmo como sistema aberto) carrega a ideia de universalidade, consenso, homogeneidade, fazendo-nos correr o risco de “distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes em seu conjunto” (*idem*).

Além de guardar relações entre si, os temas “culturas do trabalho, movimentos sociais e produção de saberes” constituem como inter-relações entre estrutura e sujeito. Mas, em que medida temos incorporado o sujeito-trabalhador em nossas pesquisas e, com ele, sua atividade de trabalho, sua cultura e suas experiências de classe? Não caberia convocar a agência humana, individual e coletiva, para o debate sobre as relações entre trabalho e educação?

Classe trabalhadora: O fazer-se entre a reprodução ampliada do capital e a reprodução ampliada da vida.

Na verdade, quando, em pleno século XXI, falamos em classe trabalhadora, a quais pessoas nos referimos? No livro *Mundos do Trabalho*, que trata da formação da classe trabalhadora entre o final do século XVII e meados do

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

século XX, Eric Hobsbawm (1987) adverte que a classe não corre como a construção de uma casa, ou seja, com começo, meio e fim. “As classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido feição definitiva. Elas continuam a mudar” (*Ibid.*, p.273). Em outras palavras, a classe não pode ser entendida como um conceito estático, ou seja, não é um conceito abstrato desprovido de materialidade histórica.

Como reivindicar homens e mulheres trabalhadores/as como sujeitos e objetos de nossas pesquisas, e não apenas o trabalho, como sugeriu Eric Hobsbawm (*Ibidem*, p.32), sem situá-los no tempo e no espaço?

Não é nenhuma novidade dizer que a crise estrutural do emprego, acompanhada do processo de precarização do trabalho, repercutiu na (re)criação de antigas e novas formas de trabalho, as quais necessitariam ser investigadas não apenas como trabalho abstrato, mas também como trabalho concreto. Tomando, a título de ilustração, o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, é possível observar que as atividades, até então consideradas marginais ou pertencentes ao mundo da economia informal ou subterrânea, ganham maior relevância e visibilidade à medida que, no contexto da acumulação flexível, tornam-se parte da cadeia produtiva do capital.

Como decorrência da reestruturação produtiva, além dos operadores de telemarketing e outros trabalhadores subcontratados ou *part-time* que constituem o novo proletariado fabril e de serviços, ganham destaque, por exemplo, as cooperativas de trabalhadores vinculadas à Organização das Cooperativas do Brasil⁵, que exercem atividades terceirizadas, necessárias à produtividade do capital. Na esteira da “nova informalidade” (TAVARES, 2005) está o contingente de trabalhadores que busca sua fonte de renda no trabalho por conta própria, alternando o status ora de trabalhador assalariado, ora “patrão de si mesmo” – agora formalizado como Microempreendedor Individual – MEI⁶.

⁵ Criada em 1969, a OCB é a entidade máxima de representação das cooperativas, a qual todas devem obrigatoriamente estar filiadas. (<http://www.ocb.org.br/site/ocb/>).

⁶ Estabelecido pela Lei Complementar n. 128, de 19/12/2008, “Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

Nesse contexto, os chamados excluídos tornam-se objetos de políticas sociais de “inclusão forçada” (FONTES, 2005) ou de “inclusão excludente” (KUENZER, 2003), graças a programas de geração de trabalho e renda que, à mercê de “dar cidadania aos pobres” (*sic*), são geralmente mediados por processos educativos. Por sua vez, na condição de ilegalidade, sem nenhum tipo de proteção, também entram em cena no mercado de trabalho os imigrantes vindos da Argentina, Bolívia, Peru e outros países latino-americanos, submetendo-se a condições degradantes de trabalho, inclusive de trabalho escravo, que persiste em diversas regiões do Brasil (ARAUJO e CHAVES, 2004).

Sem dúvida, o mundo do trabalho se tornou ainda mais complexo. Em *Os sentidos do trabalho*, livro em que Ricardo Antunes (1999) analisa a materialidade do capitalismo no final do século XX, o autor indica que uma noção ampliada de classe, a qual identifica como “classe-que vive-do-trabalho”, deve incluir “todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário (e, naturalmente, os que estão desempregados, pela vigência da lógica destrutiva do capital)” (ANTUNES, 1999, p.103). Levando em conta que a contradição capital-trabalho está no cerne da luta de classes, ele lembra ser necessário excluir os gestores do capital, seus altos funcionários, os que vivem da especulação e dos juros e os pequenos empresários. Assim, embora possam se constituir como importantes aliados da classe trabalhadora, dela também devem ser excluídos os segmentos da pequena burguesia proprietária, urbana e rural.

Foge ao nosso propósito dissertar sobre a “nova morfologia da classe trabalhadora”, o que se tornou objeto de investigação de pesquisadores renomados (ANTUNES, 1999 e BRAGA, 2012, por exemplo). No entanto, mais uma vez recorrendo à premissa marxiana de que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1978, p.116), queremos chamar atenção para aquilo que ainda pode estar invisível ou

ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria”. (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>).

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

pouco nítido no “espelho embaçado do mundo do trabalho” (TIRIBA e SICHI, 2011): os sujeitos-trabalhadores e suas atividades de trabalho cuja racionalidade econômica não está diretamente vinculada a processos de reprodução ampliada do capital, mas à reprodução ampliada da vida. Em outras palavras, entendemos que além de reconhecer as feições multifacetadas da classe trabalhadora, parece-nos relevante considerar que à “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1999) também pertencem trabalhadores e trabalhadoras que transitam em atividades econômicas com racionalidades distintas e/ou contraditórias. Onde estão, por exemplo, os trabalhadores da economia popular? Seria suficiente identificá-los como trabalhadores da categoria “trabalho informal”? ⁷

“No capitalismo, mesmo com a garantia dos direitos sociais, ao configurar-se como trabalho-mercadoria, o trabalho assalariado é trabalho alienado e, portanto, trabalho precário, vida precária” (TIRIBA, 2010, p.79). Sendo assim, independentemente de viver a condição de desempregado ou de (sub)empregado, grande parcela da classe trabalhadora participa ativamente como ator-protagonista da economia popular. Para amenizar as contradições entre capital e trabalho e garantir a reprodução ampliada da vida, criam estratégias de trabalho e sobrevivência que visam não apenas a obtenção de excedentes que possam ser trocados no mercado, mas também a valores de uso fundamentais ao processo de formação humana, como a socialização do saber e da cultura, saúde, moradia etc.

A economia popular se verifica nas práticas econômico-sociais, cujo objetivo imediato é a obtenção de ganhos monetários, nas ações de solidariedade entre familiares, amigos e vizinhos e também nas ações coletivas organizadas no âmbito da comunidade, objetivando a reprodução da unidade doméstica e a melhoria da qualidade de vida. Contando com o apoio de redes primárias e comunitárias de convivência, as experiências da economia popular podem ganhar

⁷ Sobre a diferenciação dos conceitos de economia informal e economia popular, ver o capítulo 2 do livro *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogias da produção associada* (TIRIBA, 2001).

a denominação de grupo de produção comunitária, produção associada, associação, cooperativa etc. (ICAZA e TIRIBA, 2009).

Além das atividades individuais e associativas da economia popular, geralmente dispersas e atomizadas, haveríamos de considerar aquelas em que os homens e mulheres *experenciam*, ainda que de forma precária e contraditória, a criação de uma cultura do trabalho fundada em relações econômico-culturais e educativas que não se substanciam na lógica destrutiva do capital. Referimo-nos às formas de trabalho que, historicamente, estiveram presentes na sociedade brasileira e em outros países latino-americanos, cujas unidades de produção, hoje, são denominadas de fábricas ocupadas e recuperadas pelos trabalhadores, cooperativas autogestionárias, cooperativas populares, associações, grupos de produção comunitária, grupos de produção associada, empreendimentos econômicos solidários, organizações econômicas populares, entre outras. Nessas experiências, no sentido oposto, e ao mesmo tempo contraditório da *Pedagogia da Fábrica* (KUENZER, 1986), quer dizer, a da fábrica capitalista, os processos de trabalho estão sob controle dos trabalhadores, o que lhes permite driblar a perversa lógica excludente do mercado capitalista e colocar os meios de produção a serviço da reprodução ampliada da vida.

Mesmo que não se materializem em um contexto revolucionário, pensamos que as experiências de trabalho associado podem ser consideradas como importantes experiências de classe, como experiência de formação da classe trabalhadora⁸. Na perspectiva de uma “pedagogia da produção associada”, fundada no princípio educativo do trabalho associado (NOVAES e CASTRO, 2011), nossa premissa é que, como unidade básica da sociedade dos produtores livres associados, a produção associada – como categoria histórica – vai se plasmando em diversos contextos históricos, inclusive no interior da sociedade capitalista. (TIRIBA e FISCHER, 2012).

⁸ Ao analisar os conselhos operários de Turim (1919-1921), Gramsci considerou-os como “centros de vida proletária” e “órgão idôneo de educação recíproca”, constituindo-se como “uma escola maravilhosa de experiência política e administrativa” (Gramsci e Bordiga, 1981, pp.35-36); isso porque o homem “trabalhando utilmente, produzindo desinteressadamente a riqueza social, afirma a soberania, exerce seu poder e a sua liberdade criadora da história” (*ibidem*, p.43).

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

Para refletir sobre as metamorfoses do trabalho e a nova configuração da classe trabalhadora é preciso considerar que o trabalhador se apresenta como trabalhador assalariado e, simultaneamente, como trabalhador independente (seja ele trabalhador por conta própria ou trabalhador associado). O fato é que obtém seus rendimentos dentro e fora da empresa capitalista, construindo uma complexa rede de atividades/rendimentos salariais e extraeconômicos para garantir a reprodução ampliada da vida. O mesmo se dá em relação à consciência de classe, que vai se plasmando, tendo em conta o lugar que ocupa na estrutura da produção capitalista, bem como suas experiências de classe, gênero, religiosidade, geração, raça e etnia – vividas nos processos mais amplos da vida social, inclusive no “trabalho de produzir a vida associativamente” (TIRIBA e FISCHER, 2013).

Para Malagutti (2000, p.166), o *status* do trabalhador deriva-se “de uma experiência de vida seguidamente complexa e multifacetada, cujas variantes ocasionais interpenetram-se, definindo e redefinindo o que agora se faz e, seguidamente, do que pretende fazer”. Seguindo essa trilha, seria interessante acrescentar que as trajetórias dos trabalhadores não podem ser consideradas apenas como “trajetórias ocupacionais”. Recorrendo a Marx (1980, p.208), “o sabor do pão não nos revela quem plantou o trigo, e o processo examinado nada nos diz sobre as condições em que ele se realiza, se sob o látego do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista.” Isso significa que, sendo a atividade de trabalho indissociável das relações sociais de produção onde ela se materializa, seria necessário, no plano teórico-prático, analisar as “trajetórias ocupacionais” enquanto “trajetórias de vida”, no sentido amplo do termo.

Resguardas as particularidades dos trabalhos no campo, nos pequenos e nos grandes centros urbanos (e os saberes deles decorrentes), teríamos que considerar não apenas as mudanças de ocupação ou o retorno à ocupação original, mas as diferentes culturas do trabalho, mesmo que contraditórias. Afinal, trabalhar em uma indústria têxtil transnacional não é o mesmo que trabalhar em uma pequena oficina de costura, cujas máquinas são de propriedade dos

trabalhadores/as. Tampouco, lavar a terra em um agronegócio é o mesmo que trabalhar em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; daí, *Educação do campo* (CALDART *et al*, 2012) não ser sinônimo de educação no campo. Por isso, Celia Vendramini enfatiza que:

O combate ao erro das generalizações, alertado por Thompson, nos faz atentar para a diversidade de experiências coletivas, diversidade local e regional, mas também de ações e práticas sociais, desenvolvidas em contextos e situações específicas que encontram sentido no interior das relações sociais. (VENDRAMINI, 2000, P. 128).

Sujeitos-trabalhadores: a classe para além da “classe”?

Quando observamos os diversos espaços/tempos de produção da existência humana, damos conta de que embora a hegemonia venha da fábrica (GRAMSCI, 1976), as experiências de classe não se resumem aquelas vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras no âmbito do trabalho assalariado (trabalho abstrato,) no interior da empresa capitalista. Também não se resumem aos movimentos sociais de grande e média envergadura (sindicatos, partidos, movimento estudantil, agremiações etc.). As experiências de classe se manifestam tanto na cidade, no campo, em qualquer instância das relações sociais, mesmo que de forma minúscula ou mesmo invisível.

Em *A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico*, Marcelo Badaró Mattos recorre a Bensaid para afirmar que

não há porque procurar pela classe trabalhadora apenas no processo estrito da produção capitalista, mas há que se entender que sua formação se completa na dimensão ampla da reprodução geral do capital, em todos os espaços – no trabalho, nas condições de reprodução de sua vida, nos seus espaços mais amplos de sociabilidade – em que os interesses e visão de mundo dos trabalhadores são confrontados com os do capital” (MATTOS, 2013, p.93).

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

De acordo com esse autor, o conceito de classes subalternas, de Gramsci, pode ser útil para compreender que, na América Latina, com formas distintas de consciência, existem diversas classes de trabalhadores subalternos, as quais têm em comum a subordinação ao capital. Nessa perspectiva, um conceito alargado de classe trabalhadora teria que considerar não apenas as formas de exploração do trabalho, mas também as diversas faces das relações sociais em que se configuram, de maneiras distintas, a acumulação de capital, sejam elas capitalistas ou pré-capitalistas, ou que, de alguma maneira, se subordinem e/ou resistam à lógica do mercado.

No *ring* capital e trabalho não poderiam passar despercebidos homens e mulheres, comunidades e povos inteiros cujas culturas do trabalho, à revelia do modo de produção capitalista, perduram em diversos espaços/tempos. Tomamos com exemplo os povos da floresta, indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e, entre outros, os povos e comunidades tradicionais milenares situadas na Ásia, África e América Latina.

Diversas formas de luta e resistência ao capital e reafirmação do poder popular e comunal podem ser encontradas em diversos países latino-americanos. Passados mais de 500 anos de resistência dos povos indígenas e afro equatorianos, movimentos populares lograram aprovar, na Constituição do Equador, promulgada em 2008, o reconhecimento das práticas econômico-culturais dos povos milenares, instituindo o *Socialismo do Bem Viver* como projeto de desenvolvimento. Na Bolívia, por sua vez, são históricas as lutas de sublevação dos indígenas por terra, território, pela defesa dos recursos naturais e independência dos colonizadores. Em outubro de 2012, Evo Morales sanciona a lei da Mãe Terra (Pachamama) cujo objetivo é o desenvolvimento integral para viver bem, em harmonia e em equilíbrio com a natureza. No México, é emblemática a luta do Exército Zapatista de Libertação (EZLN) que, desde 1983 e até os dias atuais põe em prática a lógica da organização coletiva da vida em Chiapas. No Peru, em 2008, representantes dos povos indígenas e das

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

comunidades camponesas redigiram o documento Agenda Nacional Indígena e Campesina, na qual reafirmam a autodeterminação e autonomia de suas lutas. No Brasil, em 2013, com mobilização contra a PEC 215/2000, defendida pelos ruralistas, e com a preparação para a Copa do Mundo/2014, a luta dos povos indígenas tomam as ruas, a Câmara dos Deputados é ocupada, exigindo-se a demarcação imediata de suas terras – elemento fundamental para garantir seu modo de vida. Manifestam-se contra o neoextrativismo, invasão, cercamento e contaminação das terras e rios pelos detentores do agronegócio e empresas mineradoras.⁹

As lutas na América Latina nos convidam a pensar sobre a atualidade histórica do pensamento de José Mariátegui, marxista peruano. São caras suas contribuições quanto à necessidade de construção de um socialismo indo-americano que não seja “nem decalque, nem cópia” de outras experiências históricas, mas tenha como fundamento as particularidades e singularidades da formação econômica e cultural de cada povo ou nação. Referindo-se ao contexto latino-americano, e, em especial o Peru, entende que, apesar da “feudalidade espanhola e crioula”, as comunidades indígenas conservam e cultivam relações econômico-culturais calcadas no espírito coletivista, preservando tradições de cooperação e solidariedade que orientam seu modo de vida, o que vem a se constituir como “a expressão empírica de um espírito comunista”. Contrário à filosofia evolucionista, historicista e racionalista, considera que o “progresso” não é o único caminho para a humanidade. Defendendo que o coletivismo agrário inca é uma importante estratégia política na luta pelo socialismo nos países indo-americanos, acredita que, se fortalecida a organização coletiva, os “povos de economia rudimentar” não precisam “sofrer a longa evolução pela qual passaram outros povos”.

Creemos que entre as populações “atrasadas”, nenhuma reúne, como a população indígena inca, condições tão favoráveis para

⁹ Ver o *Jornal Brasil de Fato*, que publica semanalmente materiais sobre as lutas dos povos indígenas. www.brasildefato.com.br

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

que o comunismo agrário primitivo, subsistente em estruturas concretas e no profundo espírito coletivista, transforme-se, sob a hegemonia da classe proletária, numa das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista. (MARIÁTEGUI, 2011, p.144).

Fundamentadas em pesquisas empíricas¹⁰ sobre as formas pelas quais se plasma a produção associada no atual contexto do capitalismo, Fischer e Tiriba (2013) indicam que os espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais são de longa duração. Situadas no campo e sob ameaças de mediações de segunda ordem, ou seja, “entre cheias e vazantes” (CAETANO e NEVES, 2014), persistem no contexto da acumulação flexível, carregando elementos de produção associada e autogestão¹¹. Nessas experiências, os processos educativos implicam no formar-se, individual e coletivamente, em meio à contradição vital entre a sociabilidade do capital e outras formas econômico-culturais marcadas pela valorização do trabalho.

Não é possível continuar acreditando que os povos da floresta e os demais trabalhadores do campo são meros “aliados da classe operária”. Se, de um lado, a materialidade da acumulação flexível nos obriga a ampliar o conceito de classe, de outro é preciso nos perguntar por que restringimos o espectro da classe trabalhadora à parcela de trabalhadores assalariados, com maior ou menor

¹⁰ Trata-se do projeto de pesquisa *Trabalho, educação e produção associada: fios do “econômico” e do “cultural” na tessitura de relações sociais não capitalistas*, coordenado pela Profa. Dra. Lia Tiriba (UFF), com a participação do Prof. Dr. Edson Caetano (UFMT) e da Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer (UFRGS). Com trabalho de campo realizado no Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rio Grande do Sul pretende-se: a) Recuperar o pensamento do historiador E. P. Thompson sobre as relações históricas entre economia e cultura na organização da vida social; b) Perceber elementos econômico-culturais na conformação de experiências de produção associada que, hoje, se localizam no campo e na cidade; c) identificar práticas e saberes do trabalho associado que configuram a cultura do trabalho.

¹¹ Para Tiriba e Fischer (2012, p.612), o termo Produção Associada e Autogestão “remete às relações econômico-sociais e culturais em que os/as trabalhadores/as têm a propriedade e/ou posse coletiva dos meios de produção e cuja organização do trabalho (material e simbólico) é mediada e regulada por práticas que conferem aos sujeitos coletivos o poder de decisão sobre o processo de produzir a vida social. Diz respeito a um conjunto de práticas coletivas de pessoas ou grupos sociais que se identificam por compartilhar concepções de mundo e de sociedade fundadas no autogoverno e autodeterminação das lutas e experiências das classes trabalhadoras. Ao contrário da heterogestão, os princípios, as regras e normas de convivência que regem o trabalho associativo e autogestionário são criados e recriados pelos seus integrantes”.

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

intensidade de precarização das condições de trabalho. Talvez, por uma questão ideológica, insistimos em eleger esses trabalhadores como legítimos ou potenciais portadores da “verdadeira consciência de classe”. Longe de cair em armadilhas do nacionalismo metodológico e de uma concepção eurocêntrica de classe, não apropriada para grande parte da Ásia, África e América Latina, teríamos “que vislumbrar uma nova conceituação que seja menos orientada para a *exclusão* que para a inclusão de vários grupos de trabalhadores dependentes ou marginalizados” (VAN DER LINDEN, 2009, p.23).

Para concluir...

De quais maneiras temos apreendido os elementos de contradição que permeiam, atravessam e são partes integrantes dos movimentos do real? Lembrando o historiador Eric Hobsbawn (1987), ao contrário da construção de uma casa, as classes estão sempre em construção. Nessa perspectiva, E. P. Thompson ajuda-nos a entender que classe é um conceito elástico, pois:

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (THOMPSON, 2001, p.277).

Ao se referir ao “conjunto das relações sociais”, Thompson quer chamar atenção para o fato de que o “fazer-se” da classe trabalhadora se dá em diversas instâncias sociais. Refutando o reducionismo econômico e reafirmando as relações dialéticas entre base e superestrutura, economia e cultura, entende ser fundamental compreender como as pessoas *vivem* e *se valem* de suas experiências individuais, coletivas e, enquanto experiências de classe, mediadas pela cultura. E foi exatamente nessa perspectiva de análise das relações entre

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

trabalho e educação que se encaminhou nossa fala no II Intercrítica, na mesa de debates, cujo objetivo foi tecer considerações, ainda que provisórias, sobre porque, como e com que intensidade os temas “cultura do trabalho, movimentos sociais e produção de saberes”, por nós entendidos como unidade dialética, aparecem no campo Trabalho e Educação.

Ao longo desse texto, discorreremos sobre diversas questões teórico-metodológicas que problematizassem e instigassem a discussão sobre a importância de colocar os sujeitos-trabalhadores, sua cultura e suas experiências de classe no centro de nossas investigações. Isso requereria o desvelamento de processos de produção da existência humana em que as mediações de primeira ordem, mesmo atravessadas por mediações de segunda ordem do capital (e vice versa), dão o tom e a cor das relações sociais. Com este propósito e, por uma questão não apenas epistemológica, mas também política, ou seja, de compromisso político com a classe trabalhadora, aventamos a possibilidade de que as pesquisas sobre “culturas do trabalho, movimentos sociais e produção de saberes” contemplem diversos espaços/tempos, entre eles:

- a) Espaços/tempos da produção capitalista na qual, embora marcada pela alienação do trabalho, verifica-se a ação criadora e a produção de saberes por parte dos trabalhadores/as.
- b) Espaços/tempos da atual crise do capital e do trabalho assalariado, nos quais as estratégias associativas de trabalho se configuram como parte integrante da economia popular, economia popular solidária, movimentos de fábricas ocupadas, movimento dos trabalhadores rurais sem terra etc.
- c) Espaços/ tempos revolucionários – quando são produzidas mudanças estruturais na sociedade, verifica-se a dualidade de poderes ou o confronto entre capital e trabalho que se manifesta por meio de revoltas e rebeliões;
- d) Espaços/tempos das práticas econômico-culturais das comunidades e povos tradicionais: quilombolas, caiçaras, indígenas, pescadores, pantaneiros, artesãos, pequenos produtores rurais etc.

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

Esses são alguns espaços/tempos de produção social da existência humana, onde os trabalhadores e trabalhadoras, no cruzamento das determinações econômicas e da autoatividade, se constituem como sujeitos individuais e coletivos e enquanto classe social, movendo-se entre a reprodução ampliada do capital e a reprodução ampliada da vida. Sem correr o risco de cair no “culturalismo”, reafirmamos a necessidade de ter em conta a cultura popular, entendida como expressão da luta de classes e afirmação de um determinado modo de vida, em detrimento ao de outra classe. Isso requer o debruçar-se para investigar não apenas os movimentos sociais considerados de grande envergadura, mas também a “agência humana” e a “consciência costumeira” que se verificam nas pequenas lutas. O desafio estaria em não perder de vista a totalidade social, a unidade do diverso como síntese de múltiplas dimensões.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARAUJO, Ronaldo M. L. e CHAVES, Valena J. *O Trabalho Escravo no Estado do Pará*. Trabalho & Educação (UFMG). Belo Horizonte, v. 1, n.º13, pp.79-90, 2004.
- BOMFIM, Alexandre. “Educação e trabalho” transformou-se em “trabalho e educação”: da construção da identidade marxista aos desafios da década de 90 pelo GTTE da ANPEd”. Trabalho & Educação (UFMG). Belo Horizonte, v.17, nº 2. Maio / ago, pp.116-128, 2008.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado*. Do populismo à hegemonia lulista. São Paulo, Boitempo, 2012.
- CAETANO, Edson e NEVES, Camila. *Entre cheias e vazantes: trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da baixada cuiabana*. Revista de Educação Pública (UFMT), v. 23, pp.595-613, 2014.
- CALDART, Roseli S. *Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular*. Texto apresentado como trabalho encomendado na 36ª Reunião Anual da Anped, GT Trabalho e Educação. Goiânia, 30 de setembro 2013. (Mimeo).
- CALDART et al (orgs.). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, pp.612-618, 2012.

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

- ClAVATTA, Maria. *O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações*. In: FRIGOTTO, G. e ClAVATTA, M. Teoria e educação no labirinto do capital. São Paulo: Vozes, pp.121-144, 2001.
- CUNHA, Dayse (org.). *Trabalho: minas de saberes e valores*. Belo Horizonte, NETE/UFMG, 2007.
- FISCHER, Maria Clara B. e ZIEBELL, Clair. *Saberes da experiência e o protagonismo das mulheres: construindo e desconstruindo relações entre esferas da produção e reprodução*. In: TIRIBA, Lia e PIKANÇO, Iracy (orgs.). Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2ª edição, pp.55-74, 2010.
- FISCHER, Maria Clara B. e TIRIBA, Lia. *Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente*. *Perspectiva*. Florianópolis, v.31, n.º2, pp.527-551, maio/ago 2013.
- FONTES, Virgínia. *Capitalismo, inclusões e inclusões forçadas*. In: Reflexões impertinentes. Rio de Janeiro: Bom Texto, pp.19-50, 2005.
- _____. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/UFRJ Editora, 2010.
- FRANZOI, Naira Lisboa. *O conhecimento informal dos trabalhadores no chão de fábrica*. Educação Unisinos, pp.189-200, 2009.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito*. In FRIGOTTO, G.(org) Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século. Petrópolis: Vozes, 2008, p.25-54.
- GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. In: Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. e BORDIGA, A. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ICAZA, Ana M. e TIRIBA, Lia. *Economia popular*. In: CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luís I. e HESPANHA, Pedro (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, v.1, pp.150-155, 2009.
- HOBBSBAWN, Eric. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- KLEIN, Ligia Regina. *A produção do GT Trabalho e Educação e suas interlocuções com a Educação Básica: uma demanda (des) atendida?* In: RAMOS, F.; PAVIANI, N. e AZEVEDO, T. (orgs.). *A Pós-Graduação e suas Interlocuções com a Educação Básica: múltiplos olhares*. Caxias do Sul: EDUCS; São Leopoldo, Casa Leiria, pp.380-426, 2012.
- KUENZER, Acácia. *Pedagogia da fábrica*. Cortez, 1986.
- _____. *Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão*. Brasília: INEP/MEC, 1991.
- _____. *Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho*. In: LOMBARDI, J. et al (orgs.). *Trabalho, Educação e Capitalismo*. Campinas: Editora Autores Associados, pp.77-96, 2003.

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

- MALAGUTI, M. L. *Crítica à razão informal*. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *O problema das raças na América Latina*. IV. Desenvolvimento econômico-político indígena desde a época inca até a atualidade. In: *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- MARX, Karl. *Introdução à crítica da economia política*. In: *Os pensadores*. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos/ Karl Marx. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. e ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MATTOS, Marcelo B. E. P. Thompson. *A tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.
- _____. *A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico*. *Outubro* n.º 21, 2º semestre 2013, pp.82-117.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NOVAES, Henrique e CASTRO, Mariana. *Em busca de uma pedagogia da produção associada*. In: BENINI, E.; FARIA, M.; NOVAES, H. e DAGANINO, R. *Gestão pública e Sociedade*. São Paulo: Outras Expressões, pp.125-159, 2011.
- PALUDO, Conceição e THIES, V. F. (Orgs.). *Desenvolvimento do Campo em Construção (2): experiências em assentamentos e comunidades camponesas*. 3ª.ed. São Leopoldo: CEBI - Contexto Gráfica Editora, 2010.
- RIBEIRO, Marlene. *Movimento Camponês, Trabalho, Educação. Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. 2.ªed. São Paulo: Expressão Popular, v.1000, 2013.
- RODRIGUES, Doriedson. *Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/Pará*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2012
- RUMMERT, Sonia M.; ALGEBAILLE, Eveline e VENTURA, Jaqueline. *Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado*. *Revista Brasileira de Educação (Impresso)*, v.18, pp.717-738, 2013.
- SANTOS, Eloisa H. *Processos de produção e legitimação de saberes no trabalho*. In: GONÇALVES, L. A. O. *Currículo e políticas públicas*. Belo Horizonte: Autêntica, pp.29-40, 2003.
- TAVARES, Maria A. *Os fios invisíveis da produção*. São Paulo, Cortez, 2005.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. *Algumas observações sobre classe e consciência de classe*. In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, pp.269-281, 2001.
- _____. *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, pp.150- 202, 2002.

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 20 – 2015

TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogias da produção associada*. Ijuí/RS: Unijuí, 2001.

_____. *Ciência econômica e saber popular: reivindicar 'o popular' na economia e na educação*. In: TIRIBA, Lia e PICANÇO, Iracy (org.). *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, pp.75-102, 2004.

_____. e FISCHER, Maria Clara B. *Produção associada e autogestão*. In: CALDART, Roseli Salete et al (orgs). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, pp.612-618, 2012.

_____. e SICHI, Bruna. *Os trabalhadores e a escola: de olho na(s) cultura(s) do trabalho*. In: TIRIBA, Lia e CIAVATTA, Maria. Brasília: Ideias e Livros, pp.239-275, 2011.

TREIN, Eunice. *Entrevista*. *Trabalho & Educação*, n.º0/32-40. Belo Horizonte: NET/UFMG, 1996.

_____. e CIAVATTA, Maria. *O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para o debate*. In: *Revista Brasileira de Educação*, set/out/nov/dez 2003, pp.140-164.

VAN DER LINDEM, Marcel. *História do trabalho: o velho, o novo e o global*. In: *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n.º1, janeiro-junho de 2009, pp.11-23.

VENDRAMINI, Célia R. *Terra, trabalho e educação. Experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Unijui, 2000.

_____. *A contribuição E. P. Thompson para apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho*. In: *Educação Unisinos*, 10(2), pp.123-129, maio/agosto 2006.

Recebido em 10 de outubro de 2014

Aprovado em 25 de novembro de 2015